



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Do Sr. HENDERSON PINTO)

Requer a criação do Dia Nacional da Educação Fiscal.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realização de audiência pública desta Comissão a fim de instruir sobre a criação do Dia Nacional da Educação Fiscal.

Para o encontro, solicitamos o convite dos representantes das seguintes instituições:

- Sra. Maria Josilene Lira Pinto – Coordenadora do Grupo Municipal de Educação Fiscal e Secretária Municipal de Gestão, Orçamento e Finanças de Santarém (PA)
- Rodrigo Keidel Spada - Presidente da FEBRAFITE (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais)
- Geraldo Henrique de Oliveira Nogueira - Auditor Fiscal de Receitas Estaduais - Presidente da Associação dos Servidores do Fisco Estadual do Pará (Asfepa) - Diretor de Saúde da Febrafite - (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais) - biênio 2024/2026





- Cícero Melo - Coordenador do GT 66 de Educação Fiscal
- Maria Aparecida Lacerda e Meloni - Vice-Presidente da FEBRAFITE (Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais) e Coordenadora-Geral do Prêmio Nacional de Educação Fiscal

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de criação do Dia Nacional da Educação Fiscal tem como objetivo promover a conscientização e a educação fiscal da população brasileira, abordando a importância do pagamento dos tributos e a responsabilidade cidadã no controle e uso dos recursos públicos. A criação desse dia pode ser um marco significativo para a promoção do conhecimento sobre a função social dos tributos e o papel do cidadão no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos. Uma população educada fiscalmente é capaz de compreender a importância dos tributos para o financiamento das políticas públicas essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Um cidadão educado fiscalmente é aquele que entende a origem dos recursos públicos e a sua importância para o desenvolvimento social e econômico do país. Esse indivíduo tem consciência sobre os processos de arrecadação e fiscalização tributária, compreende os direitos e deveres fiscais e participa ativamente na cobrança de transparência e eficiência no uso dos recursos públicos. A educação fiscal facilita o controle social, pois cidadãos informados são mais aptos a fiscalizar a arrecadação e aplicação dos tributos. Isso resulta em uma administração pública mais transparente e responsável. O conhecimento sobre a importância do pagamento dos tributos e as consequências da evasão fiscal pode reduzir significativamente a sonegação. Cidadãos que entendem que os tributos são essenciais para o bem-estar social tendem a ser mais propensos a cumprir suas obrigações fiscais. Além disso, a educação fiscal promove a cidadania ativa, incentivando os cidadãos a participarem mais do processo democrático das decisões que afetam a coletividade.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado **HENDERSON PINTO** - MDB/PA

Apresentação: 26/06/2024 11:45:17.650 - CFT

REQ n.65/2024

Diversos países implementaram com sucesso programas de educação fiscal, resultando em sociedades mais conscientes e em melhorias na arrecadação tributária. O Canadá, por exemplo, investiu em programas educacionais que explicam detalhadamente como os impostos são usados para financiar serviços públicos. Essas iniciativas aumentaram a transparência e a confiança da população no sistema tributário. Na Alemanha, a educação fiscal é parte integrante do currículo escolar. Desde cedo, os alunos aprendem sobre a importância dos impostos, o que contribui para uma alta taxa de conformidade tributária e um baixo índice de evasão fiscal. A Suécia é conhecida por sua transparência e eficiência na gestão pública, aspectos que são reforçados pela educação fiscal robusta oferecida à população. A conscientização sobre os tributos fortaleceu a relação de confiança entre o governo e os cidadãos.

A criação do Dia Nacional da Educação Fiscal será um passo fundamental para aumentar a conscientização sobre a importância dos tributos e a responsabilidade cidadã na gestão dos recursos públicos. A realização de uma audiência pública sobre o tema permitirá um amplo debate sobre as melhores práticas e estratégias para implementar essa iniciativa no Brasil. Portanto, solicito o apoio desta Comissão para a realização de uma audiência pública, que contará com a participação de especialistas, representantes do governo, organizações não-governamentais e a sociedade civil, para discutir e viabilizar a criação do Dia Nacional da Educação Fiscal.

Sala da Comissão, em de de 2024.

HENDERSON PINTO
Deputado Federal - MDB/PA

